

Reduzir as desigualdades em uma cidade do tamanho e da complexidade de São Paulo não é tarefa fácil. Compreender a gestão pública, em meio às conjunturas econômicas e políticas de nosso tempo, com a identificação das oportunidades e o enfrentamento das dificuldades, que se apresentaram ao longo da gestão, foi um desafio cumprido.

O Programa de Metas 2013-2016 reconheceu os limites de seu horizonte temporal para fazer frente a um histórico de ações desordenadas e concentradoras sobre o território paulistano. Ao mesmo tempo, propôs-se a dar os primeiros passos no sentido da construção de um processo de planejamento participativo e transparente que apontasse os eixos de superação das desigualdades sociais, econômicas e regionais.

O esforço de elaboração e execução do Programa de Metas 2013-2016 foi o de ir além da lista de metas, apontou objetivos estratégicos, eixos estruturantes e articulações territoriais sobre os quais se pretende alcançar resultados efetivos.

Tais objetivos, eixos e articulações, construídos em conjunto com a participação popular, são a verdadeira ponte para a construção de um projeto de cidade mais humana e acolhedora.

A possibilidade de concretização deste projeto passou pela execução das metas, ações estratégicas além das metas e também pelo contínuo acompanhamento desses aspectos estratégicos, pela capacidade de ajuste de percurso e, principalmente, pela apropriação deste projeto pela população.



Apresentação

O Programa de Metas é uma exigência da Lei Orgânica do Município de São Paulo desde 2008, ano no qual uma mobilização da sociedade civil conseguiu pressionar a Câmara Municipal a aprovar a obrigatoriedade do Programa de Metas. A partir daquele momento, todo prefeito eleito tem a obrigação de apresentar, em até 90 dias após a sua posse, um programa que descreva as prioridades de seu governo, com a explicitação das ações estratégicas, os indicadores e as metas quantitativas para cada um dos setores da administração pública municipal. O Programa de Metas é, portanto, uma maneira de o governo selar compromissos com a população em torno das principais iniciativas que serão implementadas ao longo da gestão.

Em março de 2013, a Prefeitura Municipal de São Paulo apresentou à população da cidade o Programa de Metas. Após a apresentação dessa proposta, foram realizadas, no mês de abril do mesmo ano, 35 audiências públicas, sendo uma em cada Subprefeitura, três audiências públicas temáticas – de acordo com os três eixos temáticos do Programa de Metas – e uma geral, na Câmara dos Vereadores de São Paulo. Em conformidade com o compromisso da atual gestão com a participação popular, foram recebidas propostas por meio de falas e por escrito nas audiências, além de propostas por e-mail. Todas as propostas foram sistematizadas, classificadas e passaram por avaliações sobre a possibilidade de sua incorporação. O resultado deste processo foi consolidado na Versão Final Participativa do Programa de Metas da Cidade de São Paulo 2013-2016, lançado em outubro de 2013.

Em termos metodológicos, o caminho encontrado foi partir de objetivos estratégicos, aos quais as metas encontram-se associadas, e organizar as referidas metas segundo eixos temáticos e articulações territoriais. Os objetivos estratégicos traduzem-se em indicadores que permitem acompanhar os efeitos esperados do Programa de Metas na situação concreta de vida da população.



Metodologia

Para que o Programa de Metas 2013-2016 pudesse ser acompanhado de forma qualificada pela população, a Prefeitura Municipal de São Paulo disponibilizou um conjunto de informações e critérios de avaliação que juntos formaram uma plataforma de monitoramento, por meio do site - <http://planejasmampa.prefeitura.sp.gov.br/metas/>, que podia ser acompanhada e analisada a partir de diferentes níveis e olhares, utilizando conceitos descritos a seguir.

Os Níveis de Acompanhamento

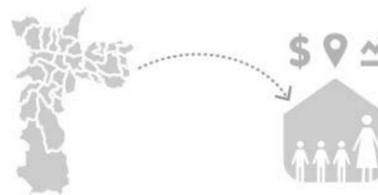


O Programa de Metas 2013-2016 pôde ser acompanhado e analisado a partir de diferentes níveis e olhares. Em primeiro lugar, as 123 metas foram agrupadas em 20 objetivos estratégicos, que refletem as principais áreas de atuação da gestão pública. Assim, foi possível avaliar o andamento a partir do

recorte de objetivos, com a utilização para isso de filtros apresentados na página inicial da plataforma. Ao selecionar, por exemplo, o tema educação, o usuário(a) podia visualizar o conjunto das metas a ele relacionadas e seu respectivo andamento.

Cada meta, por sua vez, subdivide-se em diversas entregas parciais, ou seja, produtos ou resultados esperados, que são chamadas de projetos. Com uma localização particular, podem ser visualizados em um mapa. Isso nos levava ao outro possível olhar sobre o Programa de Metas 2013-2016, o olhar territorial.

Sabendo da importância do acompanhamento dos investimentos próximos à residência e/ou ao trabalho dos cidadãos, por meio da plataforma, era possível selecionar diretamente os projetos por subprefeitura. Indicando a subprefeitura desejada, eram apresentadas todas as metas e as previsões de execução, bem como os projetos específicos já identificados naquele território.



Acompanhando o Andamento das Metas e Projetos

O acompanhamento das metas pode ser feito de duas maneiras:

1. Acompanhamento por entregas de cada uma das metas. Isso é o mesmo que acompanhar o número de projetos concluídos para cada uma das metas. Ao entrar na página das metas, esse placar geral do andamento das entregas aparece no quadro “Andamento Quantitativo”.

Esse quadro “Andamento Quantitativo” apresentava o resumo dos projetos concluídos e também o status dos demais projetos que faziam parte da meta. Uma pergunta que pode surgir é: mas como está a implementação de um projeto específico? E os demais projetos que ainda não estão entregues, qual o seu nível de avanço? Quanto já foi feito? Para responder a essas perguntas, foi criado, em debate com os Conselhos e as entidades sociais que atuam com o Programa de Metas, um segundo mecanismo de acompanhamento das metas e projetos, o acompanhamento por processo.

2. Acompanhamento por processo para saber como está o andamento geral da meta, considera-se os projetos já concluídos e tudo o que já foi feito naqueles que ainda estavam sendo desenvolvidos. Esta forma de acompanhamento surgiu a partir de debates realizados com os Conselhos e as entidades sociais que atuavam com o Programa de Metas.



Para garantir o acompanhamento por processo, foram estabelecidas oito categorias de classificação dos projetos contidos em cada uma das 123 metas. São eles:

Construção de Equipamento; Obra de Infraestrutura; Equipamento em Imóvel Alugado; Readequação de Equipamento; Novo Órgão ou Nova Estrutura Administrativa; Novo Sistema; Ato Normativo; Novo Serviço ou Benefício

Os pesos para essas fases, em cada categoria, foram pactuados da seguinte maneira:

Tipo 1 - Construção de Equipamento		Tipo 4 - Readequação de Equipamento	
Fase 1	Definição e Titularidade do Terreno (10%)	Fase 1	Projeto de Readequação (10%)
Fase 2	Projeto Básico (5%)	Fase 2	Garantia da fonte de financiamento (10%)
Fase 3	Garantia da fonte de financiamento (10%)	Fase 3	Licitação da obra (10%)
Fase 4	Licenciamento (5%)	Fase 4	Obras de readequação (45%)
Fase 5	Licitação da obra (10%)	Fase 5	Implantação de estruturas (25%)
Fase 6	Obras - Fase 1 (20%)	Tipo 5 - Novo órgão ou Nova Estrutura Adm.	
Fase 7	Obras - Fase 2 (35%)	Fase 1	Construção de instrumentos normativos e/ou do modelo de gestão (30%)
Fase 8	Estruturação para funcionamento (5%)	Fase 2	Aprovação dos instrumentos normativos e/ou do modelo de gestão (35%)
Tipo 2 - Obra de Infraestrutura		Fase 3	Infraestrutura e equipamentos (35%)
Fase 1	Projeto Básico (5%)	Tipo 6 - Novo Sistema	
Fase 2	Garantia da fonte de financiamento (20%)	Fase 1	Definição de escopo (5%)
Fase 3	Licitação da Obra (5%)	Fase 2	Garantia da fonte de financiamento (10%)
Fase 4	Licenciamento (5%)	Fase 3	Desenvolvimento de Sistema Etapa 1 (25%)
Fase 5	Desapropriação (25%)	Fase 4	Desenvolvimento de Sistema Etapa 2 (40%)
Fase 6	Obras de infraestrutura Fase 1 (10%)	Fase 5	Definição do Modelo de Gestão/de Funcionamento (5%)
Fase 7	Obras de infraestrutura Fase 2 (30%)	Fase 6	Homologação (15%)
Tipo 3 - Equipamento em Imóvel Alugado		Tipo 7 - Ato Normativo	
Fase 1	Identificação do Imóvel (25%)	Fase 1	Estudos e diagnósticos iniciais (15%)
Fase 2	Contrato de Aluguel (5%)	Fase 2	Elaboração da minuta inicial (15%)
Fase 3	Garantia da fonte de financiamento (15%)	Fase 3	Consultas públicas (20%)
Fase 4	Obras - Reforma (25%)	Fase 4	Aprovação técnica e elaboração da minuta final (20%)
Fase 5	Implantação de estrutura (30%)	Fase 5	Análise e aprovação (30%)

Diário Oficial
CIDADE DE SÃO PAULO

Secretaria Municipal de Gestão
Rua Líbero Badaró, 425 - 2º Andar - Centro

Jornalistas Responsáveis:
Paulo Roberto Dutra – Mtb 20.045
Selma Berezutchi – Mtb 73.652
Angelo Antônio Tibúrcio Mota - Mtb 73.653



www.prefeitura.sp.gov.br

LEIA O DIÁRIO OFICIAL NA INTERNET

Consulte os contratos firmados pelo Tribunal de Contas e Câmara Municipal, através da INTERNET*:

www.tcm.sp.gov.br

www.camara.sp.gov.br

*cumprimento à Lei nº 13.381 de 25.06.2002

Horário de transmissão de matérias para publicação até 18 horas.

Fale conosco:

diariooficial@prefeitura.sp.gov.br